

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

REQUERIMENTO Nº , DE 2019.
(Dos Srs. MARCON e CARLOS VERAS)

Solicitamos seja convidado o Sr. Ministro da Economia Paulo Guedes a fim de prestar esclarecimentos sobre a extinção das tarifas antidumping sobre o leite importado da União Européia e Nova Zelândia, bem como quais são as ações do governo em relação ao Decreto 9.642/2018.

Senhor Presidente:

Com base no art. 50, §1º da Constituição Federal e na forma dos Arts. 24, inc. XIV, 255 e 256, do Regimento Interno, REQUEREMOS seja convidado o Senhor Ministro da Economia Paulo Guedes para prestar esclarecimentos ao Plenário desta Casa acerca da fundamentação técnica, motivações políticas, repercussões para o setor e eventuais medidas compensatórias à edição da CIRCULAR Nº 05, da SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR, publicada no DOU de 06 de fevereiro de 2019, que encerrou “.. a revisão da medida antidumping instituída pela Resolução CAMEX nº 2, de 5 de fevereiro de 2013, iniciada por intermédio da Circular SECEX no 7, de 5 de fevereiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União (D.O.U) de 6 de fevereiro de 2018.”, bem como quais são as medidas adotadas pelo governo em relação ao Decreto 9.642/2018, que retirou o subsídio nas contas de energia elétrica rural, atingindo em cheio aos produtores rurais, ainda, cortou fontes fundamentais específicas para áreas como irrigação e aquicultura, cooperativas de eletrificação rural e serviços de saneamento

JUSTIFICAÇÃO

O Sr. Ministro da Economia, por meio da SECEX, decidiu extinguir as tarifas antidumping que desde o ano de 2001 incidiam sobre o leite importado da União Europeia e da Nova Zelândia, o que gerou fortes repercussões negativas em todo o país.

Os produtores de leite do Brasil, 77% dos quais, agricultores de base familiar, já experimentam forte e prolongada crise na atividade pela combinação de uma série de variáveis como: a insuficiência dos instrumentos de sustentação de preços; a fragilização dos mercados institucionais desde o golpe de 2016; a queda no consumo de leite; e, em menor escala, as importações do produto, do Uruguai e da Argentina.

Enquanto a União Europeia e os EUA, recentemente, elevaram as tarifas sobre as importações e aço e de outros produtos do Brasil, na contramão de uma política de proteção ao produto nacional, o governo Bolsonaro resolveu adotar essa medida, segundo a imprensa, contestada pelo próprio presidente, mas que curiosamente foi mantida sem qualquer compensação até a presente data.

No que se refere ao Decreto 9.642/18 é preciso levar em consideração que ele atinge todo o território nacional, milhões de agricultores, grandes, médios e pequenos deixarão de receber esse benefício e terão de pagar mais pela energia consumida. São os trabalhadores rurais que produzem o alimento da população brasileiro, já extremamente fragilizados pelos custos altos e baixos preços dos produtos, e, portanto, as subvenções que foram eliminadas ajudam a diminuir os custos para os agricultores e, conseqüentemente, aos consumidores.

Cabe a esta Comissão cobrar do Ministro da Economia Paulo Guedes os esclarecimentos e quais são as medidas que estão sendo tomadas em relação às referidas medidas que irão aprofundar a crise do leite e dos produtores rurais como um todo, tema que a propósito foi objeto de inúmeras ações e gestões, junto ao governo, pelos membros desta Comissão no exercício de 2018, sem qualquer resposta para o setor.

Sala da Comissão, em 26 de março de 2019.

Deputado MARCON PT/RS

Deputado CARLOS VERAS PT/PE